

***Inventário de si. O Arquivo Dario de Bittencourt (1901-1974), local onde se cruzam biógrafos e biografias de intelectuais negros***<sup>1</sup>.

José Antônio dos Santos\*

A partir dos documentos selecionados e arquivados por Dario de Bittencourt, essa comunicação vai se deter naqueles aspectos que dizem respeito à sua produção intelectual e ao elenco de intelectuais que povoam os seus alfarrábios. Ele deu início ao arquivo guardando o espólio deixado pelo avô paterno, Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), tipógrafo, jornalista, poeta, alto funcionário público, secretário particular de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, e seguiu a sua sina de preservar documentos<sup>2</sup>. Nas primeiras décadas do século XX, foi um dos responsáveis pela manutenção do jornal *O Exemplo* (1892-1930), líder integralista, advogado, poeta e escritor, colecionador de livros, cartas entre amigos e recortes de jornais, fez parte dos quadros sociais de clubes e circulou em terreiros de batuque da comunidade negra de Porto Alegre. Dario inventou uma biografia – *Curriculum Vitae* - sobre si, criou racionalidades em busca do *branqueamento* e estratégias discursivas para cruzar os dados da sua trajetória com as de pessoas reconhecidas no meio intelectual gaúcho. A sua disposição de guardar cartas e documentos de alguns conhecidos e outros tantos desconhecidos, nos deu a possibilidade de resgatar e inventariar outras biografias além da sua.

É necessário dizer que o inventário que aqui propomos tem duas acepções: uma, que se dedica a relacionar, inventariar os bens intelectuais produzidos por Dario, outra, que reflete sobre a sua capacidade de inventar, criar e manter o acervo que tornou perene, além da sua produção intelectual, a de seu avô e pai. Ambos os sentidos nos remetem a idéia comum e basilar da proposta aqui esposada como *inventário de si*, uma vez que sabemos que Dario tinha opiniões, intenções e versões das histórias que desejava selecionar, contar e guardar<sup>3</sup>. Por um lado, eram documentos que comprovavam o itinerário intelectual percorrido pela família Bittencourt no processo de ascensão social e integração racial que, iniciado na segunda metade do século XIX, reforçava a sua própria trajetória e opções políticas ao longo

---

<sup>1</sup> Uma versão inicial desse trabalho, mais restrita no sentido do uso de fontes de pesquisa, se encontra em: SANTOS, José Antônio dos. *A eminência duplamente parda: o Curriculum Vitae de Dario de Bittencourt*. In: BAKOS, Margaret M. *Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história*. Porto Alegre: Palier, 2008.

\* Doutorando em História PUC-RS

<sup>2</sup> O *Arquivo Dario de Bittencourt* se resume a uma gaveta de aço em armário localizado no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense – NUPERGS, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, mas foi a partir dele, que iniciamos a pesquisa sobre esse intelectual.

<sup>3</sup> A proposta do *inventário de si* que procurei desenvolver, se aproxima do *lapidário de si*, conforme: MATTOS, Hebe e GRINBERG, Keila. *Lapidário de si: Antônio Pereira Rebouças e a escrita de si*. In: GOMES, Angela de C. Gomes. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

do século XX. Por outro, a partir dos documentos arrolados e das versões das histórias contadas por ele, vislumbramos lacunas e omissões que nos indicam racionalidades e estratégias discursivas, usadas para cruzar os dados da sua vida com as de seus ascendentes no sentido de reforçar a sua origem e conquistas pessoais.

O aporte teórico que aqui exercitamos é o da mediação fina entre a posição social e étnico racial que ocupou – advogado e pardo – a posição ideológica – castilhistas e integralistas – e a dinâmica social herdada, principalmente de seu avô, que lhe aproximava de uma posição formal que facilitava a busca e o acesso ao poder político e ao clientelismo que, por sua vez, facilitou a sua circulação profissional e intelectual.

Em agosto de 1958, próximo de completar 57 anos, Dario de Bittencourt imprime, em Porto Alegre, o seu *Curriculum Vitae* com tiragem de 200 exemplares para ser distribuído entre familiares, amigos, colegas da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul e confrades da Academia Sul-Riograndense de Letras. Ao que parece, o *documentário* nasceu de duas necessidades iniciais: por solicitação daquela Faculdade que desejava obter dados bio-bibliográficos de seus docentes, e em virtude de seis meses de inatividade forçada, no segundo semestre de 1954, em consequência de doença que lhe paralisou um lado do corpo. Ambas, deram ensejo para a elaboração do *Curriculum*, por ele definido, como uma *mensagem de pré-morte*<sup>4</sup>.

Esses dois compromissos com a vida antes da morte, um deles de caráter profissional e o outro emocional ou afetivo, causado pela doença, o tempo de recuperação e o medo do fim da existência, levaram Bittencourt a organizar o *documentário*, uma maneira prática de tornar perene o seu nome e o de sua família, bem como de tornar pública a sua trajetória intelectual e política. Nesse sentido, a volumosa publicação era mais do que um *curriculum vitae*, como hoje entendemos, era uma autobiografia documentada. Ele monta um arrazoado cronológico sobre si que comprove não apenas os laços profissionais, mas principalmente, a sua origem familiar e as relações intelectuais, étnicas, religiosas, políticas e afetivas que o ligaram a uma rede de pessoas.

Assim, temos desde a descrição do seu registro civil de nascimento, batismo, casamento, diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, certificado de livre docente da Faculdade de Direito de Porto Alegre, decreto presidencial de Suplente do Conselho

---

<sup>4</sup> BITTENCOURT, Dario de. **Curriculum Vitae – Documentário, 1901-1957**. Porto Alegre: Ética Impressora Ltda., 1958. No final do documento, temos um *apêndice* que leva no título – *De como, por que e quando fui acoimado de 5ª. coluna* – a terceira justificativa para a publicação do Currículo. Em virtude das suas posições políticas e de assumir a liderança integralista no Estado, Dario foi acusado de traidor durante a Segunda Guerra Mundial.

Regional do Trabalho da 4ª. Região, convite para ser *imperador festeiro* da Irmandade do Divino Espírito Santo, documentos que comprovam ter ocupado a *chefia provincial* dos integralistas no Estado, várias referências bibliográficas e hemerográficas que fazem referência à sua circulação profissional e produção intelectual. É interessante observar que todos os outros familiares, esposa, três filhos, tios e demais amigos e colegas, quando aparecem são em segundo e terceiro planos, mais no sentido de reafirmar ou negar os feitos e defeitos daquela existência<sup>5</sup>.

A auto-representação construída por Dario, a partir da seleção e guarda de diversos documentos, tinha vários objetivos, mas devemos refletir sobre ela a partir da sua capacidade ou necessidade de olhar para o seu passado e se mostrar sempre coerente, o que nos alerta para a incapacidade do ser humano em sê-lo efetivamente. A coerência ou não das suas ações passadas ele só podia avaliar no presente momento em que selecionava e guardava. Aquilo que deveria *contar* a sua trajetória intelectual e profissional, trabalho que realizou durante boa parte da vida, certamente, passou pelo seu rigoroso crivo até quando teve condições de fazê-lo. Nesse sentido, o meu trabalho se inicia como continuação ao dele, o que nos leva a agradecê-lo pelo despojamento de tempo e dinheiro na construção de material precioso para nós historiadores, mas vai adiante ao relacionar e cotejar informações e técnicas posteriores. Isso nos torna privilegiados viajantes do tempo, do presente voltamos ao passado.

O nosso autor teria nascido com a vocação para as letras, herança que trazia de berço, segundo ele, “Com inato pendor para o jornalismo e as letras – herança avita -, desde o curso ginásial se ensaiava em pasquins escolares manufgrafados ou em cópias a gelatina”<sup>6</sup>. Seu pai, Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (28.02.1874-30.07.1910), foi estudante interno, como será seu filho mais tarde, do Colégio Nossa Senhora da Conceição<sup>7</sup>, fundado por padres jesuítas em 1870, e situado em São Leopoldo. Pelas salas de estudos, auditório, piscina, campo de futebol, refeitório, corredores e dormitórios do *Conceição*, como era conhecido na época, passaram jovens que se tornariam figuras ilustres como Nereu de Oliveira Ramos, Álvaro Moreyra, João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros. Não é à toa que seu avô, tão logo assuma a paternidade de Dario, após a morte do filho, o matricule no mesmo *Ginásio*. Aquele era um espaço de formação da elite intelectual e econômica da região onde os filhos

---

<sup>5</sup> O caráter documental do *Curriculum Vitae* é reforçado logo nas primeiras páginas, pois temos a impressão digital do autor e uma fotografia de 1953, em que o mesmo veste pomposa toga da magistratura judicial. O que nos sugere, no primeiro caso, a marca do indivíduo, onde a impressão digital é única, na fotografia, temos uma representação para a coletividade ou o indivíduo que se mostra com signos de distinção para ser aceito e fazer parte da sociedade da capital.

<sup>6</sup> p. 68

<sup>7</sup> Em 1901, ao ser equiparado ao Ginásio Nacional, localizado na capital do país, o *Conceição* passa para a categoria de Ginásio com o objetivo de preparar os filhos da elite para o ingresso nos cursos superiores.

tinham todas as condições para assumir o lugar que lhes era destinado nas suas respectivas sociedades<sup>8</sup>. Quando foi para o internato em 1911, Dario já era alfabetizado pelo pai e a tia-avó materna dona Maria José Bastos Cruz, conhecida como *Tia Zezé*, irmã da sua avó materna<sup>9</sup>. Ele também frequentou a aula pública primária, mista, regida pela tia paterna professora Adelina Lydia de Bittencourt Machado. *Dona Chinóca* como era conhecida, havia se diplomado na extinta Escola Normal, a 25 de dezembro de 1888 e faleceu, no final do ano de 1925, quando era homenageada como paraninfa no Colégio Elementar 13 de Maio<sup>10</sup>. As trajetórias de sua tia e de seu pai, que se formou em Direito em São Paulo, mesmo que diferenciadas, ressaltam a importância da educação para a família Bittencourt. O lugar destinado às mulheres naquela sociedade das primeiras décadas do século XX, era geralmente restrito ao mundo da casa, cuidado com o marido e educação dos filhos, ensino que podia se estender para o âmbito da escola. *Tia Chinoca* ocupou o papel social de professora primária e à *Tia Zezé*, enganada pelo marido viciado no jogo, só restou a vida de dona de casa e a circulação na casa dos familiares morando de favores. Se considerarmos o caso de *Tia Chinoca*, irmã de seu pai, que carregava no apelido muito do lugar social subalterno que se esperava dela e que conseguiu suplantá-lo ao chegar a ser uma das primeiras professoras negras da capital<sup>11</sup>, poderemos nos aproximar das expectativas de seu pai e avô para o futuro de Dario.

Nos anos de 1920 a 1924 cursa a Faculdade de Direito de Porto Alegre, período em que se exercita nas lidas diárias do jornalismo, como diretor de redação de *O Exemplo* e ajudante de revisor, conhecido na época como retranca, do jornal *A Federação*. É nesse período que inicia propriamente a sua produção intelectual, escrevendo poesias, crítica literária, pequenos textos e necrológios e onde se aproxima dos universos da intelectualidade e da política profissional que vão acompanhar a sua vida<sup>12</sup>. No seu arquivo temos uma

---

<sup>8</sup> Em 1905, dos 204 alunos internos matriculados, 25 eram de Santa Catarina, um do Paraná, dois de São Paulo e cinco do Uruguai. Cf. MOEHLECKE, Germano O. Ginásio Conceição. In: FLORES, Hilda A. H. (Org.). *RS: Cultura, história e literatura*. Porto Alegre: Cipel/Nova Dimensão, 1996. p. 218

<sup>9</sup> *O Exemplo*, de 17 de setembro de 1922, noticia o óbito de *Tia Zezé* que desde a morte do seu marido, residiu com os pais de Dario, com o *passamento* destes foi morar com outra irmã, e sucessivamente, com a família de José Maria Garcia, até o seu óbito.

<sup>10</sup> *A Federação*. 21.12.1925 Necrológio da Professora Adelina Lydia de Bittencourt Machado, escrito por Dario de Bittencourt que trabalhou no jornal, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense, de 1922 a 1926.

<sup>11</sup> Ser chamado de *chino* ou *chinoca*, respectivamente homens ou mulheres, ainda hoje é uma forma de identificar os mestiços de procedência negra e ou indígena, algumas vezes de forma carinhosa, outras tantas de maneira pejorativa.

<sup>12</sup> Livreto manuscrito e decorado com esmero, datado de janeiro de 1920, onde lemos: “Para um poeta. Após ler as poesias de Dario de Bittencourt – Missiva crítica”, assinado por Augusto Meyer Junior. Arquivo Dario de Bittencourt

coleção de recortes de jornais desse período<sup>13</sup> e documentos referentes à prestação de contas da Comissão Central dos festejos populares pela visita do futuro presidente Washington Luis<sup>14</sup>. Em setembro de 1922, ele é convidado a trabalhar na *Federação* pelo seu diretor, Lindolfo Collor, convite que teria sido encaminhado pelo gerente, Carlos Leiria, o que nos sugere a extensão do braço político legado por seu avô. Aliás, quando do *passamento* de *Dona Chinóca*, tia de Dario e filha do finado Secretário do Governo, o vice-presidente do Estado, Protásio Alves, esteve no velório. Por outro lado, não há dúvida que a sua formação republicana, herdeira de Júlio de Castilhos e do seu positivismo, vinha de casa, principalmente, da parte do velho Aurélio, militante fervoroso do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR, desde a sua fundação.

Nos alfarrábios guardados por Dario, desde 1926, encontramos rascunhos datilografados de um artigo ou livro, intitulado *Júlio de Castilhos e os operários*, onde através dos *Anais do Congresso Constituinte da República*, publicado naquele ano, sobre evento realizado em janeiro e fevereiro de 1891, procurava realçar a participação do então deputado. A inspiração castilhista pode ser maior, mesmo se considerarmos os ventos promissores do advento da moderna legislação social trabalhista da década de trinta, pois temos algumas publicações dele voltadas ao mundo do trabalho<sup>15</sup>. A proximidade com Lindolfo Collor, futuro Ministro do Trabalho no governo Vargas, e seu colega de trabalho na *Federação*, pode ter despertado no jovem advogado o gosto pela legislação trabalhista, mas foi sem dúvida, os rumos tomados pela política e os clamores vindos dos trabalhadores, que abriram novos e promissores rumos nos estudos e propostas para resolver os graves problemas de assistência ao trabalhador nacional. No final da década de 1930, ele é aprovado em concurso público para professor catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito

---

<sup>13</sup> Os recortes iniciam a ser sistematizados com os jornais *O Paiz* e *Correio do Povo*, com datas de 1919, e continuam na década seguinte com: *Cidade do Prata*, *A Tribuna*, *O Cambuquira*, *Minas Gerais* e *Reflexo*, todos produzidos em diferentes cidades de Minas Gerais.

<sup>14</sup> Segundo uma foto, foi gravada em placa de ouro um mapa do Rio Grande do Sul, em miniatura, onde cada município que havia contribuído com o *mimo ao Exmo. Sr. Dr. Washington Luis Pereira e Souza* tinha a localização geográfica assinalada por uma pedra de brilhante. A prestação de contas e as cartas convite e de aceitação dos prefeitos somaram a participação de 21 municípios gaúchos e o valor de mais de dois mil contos e cem mil réis. Ao que parece, a placa foi entregue por representantes da Comissão ao presidente eleito quando da sua posse em novembro de 1926.

<sup>15</sup> Obras de Dario sobre o mundo do trabalho: *Bases para o código de trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1933; *O sindicalismo no Brasil. Notas para um ensaio de política social*. Porto Alegre: Gráfica de A Federação, 1934; *Do direito do empregado sindicalizado*. Artigo publicado no *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, 13.10.1934; *Alguns aspectos humanos da legislação social brasileira*. Porto Alegre: Ed. Gundlach, 1936; *Os agentes e representantes de companhias de navegação e seus empregados em face do Instituto dos Marítimos*. Revista do Trabalho, Rio de Janeiro, julho de 1937.

da Universidade de Porto Alegre, com a seguinte tese: *Do mandato na legislação brasileira do trabalho*<sup>16</sup> e passa a ser reconhecido nacionalmente como uma referência nessa área.

No inverno de 1927, com 26 anos, ele assim se apresenta no poema intitulado **Eu**: “Se procuro não ser, na Vida, um falho, nem aspiro a lugares de relevo, - só quero os bens, fruto de meu trabalho. E, sem vaidade, a proclamar me atrevo: este pouco que sou, algo que valho, - depois de Deus, ao próprio esforço o devo!” O poema faz parte do preâmbulo do *Curriculum Vitae*<sup>17</sup>, escrito trinta e um anos antes desse livro, o que nos indica a importância da composição para o autor na medida em que ele abre a principal publicação da sua vida. O poema nos sugere que a presença da mãe é quase ignorada na sua trajetória intelectual; o pai lhe faltou quando dele mais precisava, desde então se tornou duplamente órfão e só com a ajuda de *Deus* e por esforço próprio, resultado de muito trabalho, conseguiu valer algo. A morte do pai aos nove anos foi um divisor de águas na sua vida, os *abrolhos* – rochedos marinhos que chegam à superfície – são usados como uma figura de linguagem que remete às dificuldades e obstáculos que ele teve que superar tão logo se deu o desaparecimento do pai. A figura do avô não é citada no poema mas é fundamental, está subentendida pois assegura e referencia a sua origem importante que não lhe dá o direito de ser *um falho*. O *pouco* que afirma ser ou valer lhe dá condições morais de se auto-definir como resultado do *próprio esforço*, conclusão individualista que nos permite questionar o inventário documental que construiu sobre si.

Dario se definiu como *pardo que sempre prestigiou as organizações dos pardos*<sup>18</sup>, fez parte do quadro social da *Sociedade Beneficente Floresta Aurora*, fundada em 1872, participou do Conselho Superior da *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense*, fundada em 1919, para congregar times formados com jogadores negros, foi sócio da *Sociedade Satélite Porto Alegrense*, de 1902, que hoje é conhecida como *Satélite Prontidão* e, finalmente, fez parte do *Grêmio Náutico Marcílio Dias*, único clube de remo voltado para os negros que se tem notícia na capital. A sua auto-definição como *pardo* remetia a uma situação social e racial intermediária, entre o grupo hegemônico branco e a camada de negros pobres. Ao contrário do que ele nos propõe, no poema inicial, ele não ascendeu socialmente com muito esforço e trabalho, uma vez que tinha um pai advogado que morrera como juiz e um avô que era secretário do presidente da província. Ele apenas conseguiu manter, e esse parecia ser o seu

---

<sup>16</sup> BITTENCOURT, Dario. *Do mandato na legislação brasileira do trabalho*. Porto Alegre: Ed. Gundlach, abril de 1938.

<sup>17</sup> O caráter de documentário ou a tentativa de certificar ou provar a verdade do que diz, também é buscada pelo autor, com o recurso estilístico ou jurídico de se referir a si mesmo na terceira pessoa do plural, como **Dario** ou **Dario de Bittencourt**.

<sup>18</sup> Título de capítulo do *Curriculum Vitae*, p. 158.

maior desafio em vida, o padrão econômico e o status social e intelectual que lhe havia sido projetado pela família. A situação social, intelectual e étnico-racial privilegiada em que nasceu sugerida pela assunção da categoria *parda*, deveria ser mantida, sobretudo para que ele se distinguísse da maioria negra, ainda muito vinculada aos estereótipos da escravidão<sup>19</sup>. Por outro lado, a identificação como *parda* também podia assumir aspectos negativos, como nos indica a polêmica travada entre os redatores dos jornais *O Exemplo* e *Última Hora*. Nesse caso, o jornal afirma: *É lastimavelmente PARDA a mentalidade dos moços do O Exemplo*, por terem estes se manifestado contrários à comparação de Adão Latorre, famoso degolador negro gaúcho, morto em 1923<sup>20</sup>, com os *heróis brasileiros de cor preta* – Henrique e Marcílio Dias, pernambucanos que lutaram contra o domínio holandês.

Naquela polêmica, o jornal *Última Hora*, também conhecido popularmente como *vaca braba*, por estar geralmente no centro das discussões, dá uma acepção negativa ao *parda*, como escuro, pouco iluminado, atrasado ou no limite, faz referência aos moços do *O Exemplo* como pessoas de pouca inteligência. Em 1920, quando Dario passou a fazer parte da direção de *O Exemplo*, o faz como uma obrigação, uma tradição paterna e *avoenga*, herdada do avô que o leva a assumir papel de liderança junto ao seu grupo étnico-racial. Seu pai Aurélio Júnior e seu tio Sérgio, juntamente com outros, foram fundadores do jornal *O Exemplo*, em 1892, como se lê na primeira página, criado para a *defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos*<sup>21</sup>. A classe dos *homens de cor* ou *pardos*, já inseridos na sociedade, pois sabiam ler e escrever, o que era domínio de poucos, vinha a público com muita humildade, para serem vistos e copiados como modelos e exemplos de que era possível a ascensão social dos seus pares. Naquele primeiro número, os dois representantes da família Bittencourt faziam parte da *comissão de redação*, responsáveis por receber e analisar as reclamações e as contribuições da *parte literária* do jornal. Eles também assinavam colunas, poesias e charadas no semanário, influências que podem sugerir não apenas as boas notas de Dario na disciplina de Português, mas principalmente o seu

<sup>19</sup> Seu avô parece ter sempre se identificado como *parda*, embora muitas vezes tenha sido descrito como *preto*. Cf. MELO, Luís C. de. *Subsídios para um dicionário dos intelectuais rio-grandenses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944. p. 34

<sup>20</sup> A Revolução de 1923 coloca em campos opostos os partidários de Assis Brasil e Borges de Medeiros, até o Pacto das Pedras Altas, assinado em dezembro desse mesmo ano.

<sup>21</sup> Conforme a primeira edição de *O Exemplo*, de 11 de dezembro de 1892. Esse jornal é hoje considerado como parte do que conhecemos como *imprensa negra brasileira*, ou seja, periódicos que tinham como principal objetivo divulgar o cotidiano das suas comunidades e reivindicar melhores condições sociais e políticas para os negros. Nesse caso, sugerido pela expressão – *defesa de nossa classe* – ou a classe dos *homens de cor*, como eles se representavam no período.

importante papel nas fileiras de organização do jornal no combate ao preconceito de cor até o início de 1930, quando o jornal encerra os seus trabalhos.

Ao construir a sua narrativa biográfica e memória intelectual, por meio da organização de um acervo, Dario se coloca, na maioria das vezes, como se estivesse acompanhado dos seus dois mentores intelectuais. Como se o pai e o avô pudessem definir, pelos caminhos que trilharam, os limites e os alcances do seu trajeto intelectual e mesmo a sua identificação étnica, o que ele registra de forma linear e coerente como um projeto definido e orientado desde o nascimento. Esse vir a ser do nosso autor é uma busca constante, permeada pela preocupação em construir uma memória *post mortem* ainda em vida e deixar tudo registrado no seu arquivo e currículo, o que nos aproxima do que conhecemos como *ilusão biográfica*<sup>22</sup>. No nosso caso, procuramos escapar das armadilhas da construção coerente dessa vida passada, buscando o contraditório nas suas afirmações, cotejando informações e aproximando outros personagens que não sejam aqueles destacados por ele como sendo os principais<sup>23</sup>.

No final da década de 1920, é notória a influência que recebeu do grupo mantenedor do jornal, de sete a nove pessoas presentes, entre eles o *velho e leal amigo* Clemente Gonçalves de Oliveira, oficial de justiça, na época conhecido como *meirinho* que lhe teria aconselhado, tão logo formado em Direito, a assumir a *advocacia militante*<sup>24</sup>. A vida como profissional liberal seria mais fácil e folgada, do ponto de vista econômico, do que as que tiveram seu pai e avô, sempre atrelados ao poder público. Conforme nos adianta José Murilo de Carvalho, em estudo sobre a elite imperial, eram novos tempos onde a profissão de advogado, passava a ser instrumento de interesses de indivíduos ou de grupos econômicos ou ideológicos em que o profissional se tornava porta voz das oposições<sup>25</sup>. A exigência pela participação política, social e econômica, principalmente do movimento operário, se tornava um problema cada vez maior, diálogo que deveria ser facilitado por intermediários. Se voltarmos à publicação do nosso interlocutor, teremos a definição do *mandato* como “um contrato pelo qual alguém recebe de outrem poderes, para em seu nome, praticar atos ou

---

<sup>22</sup> Escapar da *ilusão biográfica* não é uma opção metodológica simples, principalmente, quando conhecemos um pouco da história do biografado. No nosso caso, sabemos que Dario de Bittencourt só morreu em 1974, portanto, 16 anos após a publicação do *Curriculum Vitae*, considerado por ele como uma *mensagem de pré-morte*. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>23</sup> Cf. BARRERAS, Maria J. L. **Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura autoritária gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1998. A autora afirma que, em entrevista com o jornalista Carlos Reverbel, o mesmo havia lhe dado conhecimento dessa frase de Dario.

<sup>24</sup> Cf. *Actas da sessão do Grupo mantenedor do O Exemplo*. 01.08.1927; 09.04.1928; 05.05.1928 e 23.10.1928. Arquivo Dario de Bittencourt

<sup>25</sup> CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



administrar interesses”<sup>26</sup>. Talvez resida nessa compreensão de intermediário ou interlocutor privilegiado de pessoas ou grupos, com mandato outorgado ou não, que tenhamos as principais atuações do advogado Dario de Bittencourt.

Ao escrever a tese *A liberdade religiosa no Brasil: A Macumba e o Batuque em face da lei*, que mandou em 1937, para o 2º. Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador, ele dedicou o texto à memória de Senhorinha, *escrava de meus ancestrais maternos e também minha dúcida, bondosa e paciente Mãe Preta*<sup>27</sup>. Depois de escrutinar todas as constituições, desde a Assembléia Constituinte de 1823, e chegar até a Constituição de 1934, sobre a questão do direito ao culto religioso, ele reprovava as perseguições policiais, descritas como *razzias*. Nesse sentido vaticinava: “As coações opostas ao livre exercício da macumba e do batuque, seja por quem for, inclusivamente por parte de atrabiliárias autoridades policiais, quando simplesmente se apresentarem sob aspecto religioso [manuscrito com caneta vermelha ao lado do texto] são considerados crimes e puníveis na forma da lei”. Senhorinha era *adepta da religião fetichista* e, de alguma forma, havia influenciado o autor a buscar outras explicações para a vida espiritual que completasse o catolicismo arraigado dos Bittencourt<sup>28</sup>. Por meio do texto ele demonstrava um conhecimento aproximado dos rituais do batuque, além de ser um defensor bem comportado do ritual, principalmente, ao remeter ao escrutínio da lei o que ainda hoje é o mais controverso nas religiões de matrizes africanas, a saber, os limites entre os aspectos religiosos e festivos. Quem, senão as pessoas que fazem parte dessa liturgia religiosa, são conhecedoras dos segredos, podem dizer das fronteiras entre o público e o privado, entre o aspecto religioso e o festivo? Não me parece que o nobre advogado tenha resolvido a questão, apenas usado da retórica e do conhecimento que tinha, para se aproximar de um tema contraditório e, ao servir de intermediário, remeter a decisão final aqueles que condenava as atitudes – as autoridades policiais – afinal, elas estavam investidas, como ele, do poder de decidir.

Em 1943, quando terminou a edificação da sua casa própria, Dario reservou uma das maiores salas à *Biblioteca Jurídica* que denominou *Sala Aurélio Júnior*, como seu pai assinava na maioria das vezes os poemas que eram publicados nos jornais da época, *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, *Petit-Journal* e *O Exemplo*<sup>29</sup>. A referida *Sala* foi formada com

---

<sup>26</sup> Idem. BITTENCOURT, Dario. *Do mandato na legislação brasileira do trabalho*. Porto Alegre: Ed. Gundlach, abril de 1938. p. 8

<sup>27</sup> Original datilografado, se encontra no Arquivo.

<sup>28</sup> BITTENCOURT, Dario de. **Após 20 anos de afastamento, retornei ao seio da Santa Madre Igreja Católica**. Revista Estudos, ano 1, n. 2, agosto-setembro de 1940.

<sup>29</sup> Como era comum na época, muitas vezes Aurélio Júnior usava pseudônimos ou corruptelas do seu próprio nome como: Hélio Jonuir-Vidoski e Áurio Nojuir ou, simplesmente, Delmar de Castro.

livros de Direito, Filosofia, Sociologia e Economia, em homenagem ao pai, embora, dos livros deste, um único havia restado. Era a obra *Princípios Gerais de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América do Norte*, versão de Alcides Cruz, então professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, editada em 1909, que havia sido dedicada pelo autor ao *dr. Aurélio Júnior*. O livro havia sido guardado por *Tia Zezé* desde a morte do seu pai e lhe foi entregue em 1918, quando Dario se preparava para entrar naquela Faculdade de Direito. Era mais um reforço do caminho profissional que haviam escolhido para ele, advogado e juiz como seu pai ou amanuense como seu avô. Muito embora toda a sua resistência em ser funcionário público, ele se aposentou, em 1957, como professor catedrático de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul<sup>30</sup>.

Em outro cômodo, também localizado no andar superior da sua casa, Dario teria reservado para a *Sala Aurélio de Bittencourt*, destinada aos livros de história e literatura nacional e estrangeira. O avô paterno – Aurélio Viríssimo de Bittencourt – fora membro fundador do Partenon Literário em 1868, e da primeira Academia Rio-Grandense de Letras em 1901, nos dois casos ocupando cargos de direção. Também dirigiu o *Jornal do Comércio* entre 1903 e 1911, foi tipógrafo, jornalista, alto funcionário público, secretário particular de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros<sup>31</sup>. Nesse caso, o *marco zero* para a formação bibliográfica dessa *Sala*, foi *A Retirada de Laguna* do Visconde de Taunay, comprada com seus próprios recursos ainda jovem. Desde os seus dezoito anos, em 1919, ele possuía em sua biblioteca uma obra rara de Qorpo Santo, eram alguns fascículos de *A Ensiqlopédia ou Seis Meses de uma Enfermidade*. Criador de uma fonética original no século XIX, José Joaquim de Campos Leão, ficou conhecido como *Qorpo Santo* e teve sua obra reconhecida apenas no início da segunda metade do século passado. O gosto de Dario pela leitura e coleção de livros era elogiado por todos aqueles que o conheceram e a sua biblioteca, foi em sua casa que Guilhermino César achou a obra rara do genial escritor gaúcho<sup>32</sup>.

A sua capacidade e a disposição de selecionar e guardar livros, recortes de jornais, cartas, bilhetes, foi tão grande quanto a qualidade de inventar histórias sobre si e os seus familiares e amigos, virtude que foi fundamental para que resgatássemos e trouxéssemos novos elementos para a sua história<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Cf. transcrição de documentos da página 178 do *Curriculum Vitae*.

<sup>31</sup> Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

<sup>32</sup> Nesse sentido, ver: CRISTALDO, Janer. **A descoberta do Qorpo**. Edições em pdf eBooksBrasil.org, acessado em 22 de outubro de 2007.

<sup>33</sup> Infelizmente, por falta de tempo para escrever esse artigo e espaço nesse evento para apresentar os resultados, essa proposta de trabalho deve continuar em outra oportunidade.